POLÍTICA MONETÁRIA

Selic na mira de governistas

Parlamentares da esquerda aumentam críticas a mercado financeiro e juros altos antes de reunião do Copom nesta semana

Com a proximidade da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) nesta semana, aliados do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) elevaram o tom e iniciaram uma pressão conjunta contra o mercado financeiro e o Banco Central (BC) por uma redução da taxa básica de juros — hoje em 13,75% ao ano.

Antes da vitória de Lula na eleição presidencial deste ano, a aposta era de uma redução de 0,25 ponto porcentual, mas a vitória petista tem levado parte do mercado a rever a possibilidade de queda, diante da incerteza fiscal em relação ao novo mandato.

O deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou, ontem, a mudança nas projeções dos analistas para a taxa básica de juros após o segundo turno das eleições. Em postagem na rede social X, o parlamentar afirmou que "estão fazendo política e sabotando a nossa economia" e que a taxa Selic não deve ser decidida pelo "humor do mercado financeiro". Além disso, o parlamentar cobrou o presidente do BC, Gabriel Galípolo.

A deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR) também publicou em suas redes um texto com críticas ao mercado. "Esse mercado financeiro tem o DNA do autoritarismo. Não causa estranheza que estiveram torcendo e apoiando Flávio Bolsonaro (PL) para presidente", comentou a ex-presidente do PT.

O deputado federal Zeca Dirceu (PT-PR) engrossou a ofensiva. "Os juros têm que baixar, mas não pode ser na marra. As contas precisam ser equilibradas, mas não pode ser cortando de quem mais precisa. Os bilionários irão pagar a conta, SIM, porque foi esta a decisão das urnas", comentou em postagem. "Não podemos aceitar que a política econômica seja refém dos interesses de quem ganha muito com juros elevados", emendou.

No fim de semana passado, um artigo do economista André Lara Resende com críticas à atual política monetária do BC entrou no foco. No texto, publicado no dia 25 de setembro no Substack, o economista, que foi um dos formuladores do Plano Real, também questiona a prioridade dada às despesas primárias. Lara Resende foi presidente do BNDES no governo de Fernando Henrique Cardoso e se aproximou de Lula na campanha presidencial de 2022.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Comitê de Política Monetária decide a taxa básica de juros amanhã

O especialista propôs reduzir a taxa básica de juros gradualmente ao longo de, aproximadamente, 12 meses, até atingir cerca de 7,5% ao ano. Defendeu a criação de um Conselho Fiscal e Monetário Nacional (CFMN), que definiria metas fiscais e monetárias para um período de quatro a cinco anos à frente.

Depois, o jornal *O Globo* noticiou que o economista André Lara Resende e Lula devem se encontrar nesta semana. Em nota, o presidente do PT nacional, Edinho Silva, criticou o que chamou de "especulações na área econômica" e reforçou que apenas o ministro da Fazenda, Dario Durigan, pode falar pelo governo na área econômica.

No domingo, Durigan negou que o governo Lula estude adotar uma política econômica de tabelamento de juros e de uso de reservas para segurar o câmbio. "Propostas como tabelar os juros ou queimar reservas cambiais não estão em avaliação", afirmou o ministro. Durigan também negou o encontro com Lara Resende.

"Vários economistas estão se colocando à disposição para dialogar com o presidente, mas não há nada agendado", garantiu o chefe da equipe econômica.

Pós-eleição

A semana que sucedeu o segundo turno foi marcada por forte disparada do dólar e das taxas de juros futuros. O Ibovespa — principal índice da B3, a Bolsa brasileira — teve sua pior semana desde março de 2020, no início da pandemia da covid-19, ao tombar 18,12%. O índice caiu 0,75%, aos 167.921 pontos.

O dólar fechou a semana em alta de 9,04%, a maior desde a crise financeira global, em outubro de 2008. A moeda norte-americana avançou 1,05%, para R$ 5,4443, seu maior valor de fechamento desde dezembro de 2025. Em outubro, a alta foi de 5,20%. O comportamento reflete preocupações com o futuro fiscal do país após a reeleição do presidente Lula e a aversão ao risco no exterior. (**Com Agência Estado**)

SAÚDE

Plantas medicinais no Farmácia Popular

» PEDRO JOSÉ BORGES

O Projeto de Lei nº 1.250/2026, apresentado na Câmara dos Deputados pelo deputado federal Fernando Mineiro (PT-RN) e outros parlamentares, institui a Política Nacional de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva dos Medicamentos Fitoterápicos. A proposta busca ampliar o acesso a esses produtos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), estimular a produção nacional e incentivar a inovação tecnológica a partir da biodiversidade brasileira.

Entre as medidas previstas está a inclusão obrigatória de medicamentos fitoterápicos industrializados e registrados ou notificados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) no elenco do Programa Farmácia Popular do Brasil. O objetivo é aumentar a oferta desses itens à população por meio da iniciativa.

Outra medida prevista é a centralização, pelo Ministério da Saúde, das aquisições de fitoterápicos considerados estratégicos para o SUS. Segundo a proposta, o modelo pretende garantir padronização, regularidade no abastecimento e previsibilidade para a indústria nacional.

A justificativa econômica do projeto aponta uma diferença entre o tamanho do mercado global de fitoterápicos e a participação brasileira. Em 2023, o setor movimentou US$ 216,4 bilhões em todo o mundo, enquanto o Brasil registrou faturamento de US$ 173 milhões, o equivalente a 0,1% do mercado internacional.

A proposta também prevê o aproveitamento sustentável da biodiversidade brasileira e a integração de seus produtos às cadeias globais de valor."Por meio da fitoterapia podemos converter ativos ambientais em soluções de saúde pública e desenvolvimento econômico inclusivo, contribuindo para uma economia mais intensiva em conhecimento e menos dependente de insumos importados", afirma o texto do projeto.

Para entender como o Brasil pode aproveitar sua biodiversidade e ampliar o desenvolvimento de medicamentos fitoterápicos, o **Correio Braziliense**, com o apoio do Instituto Escolhas, irá promover a discussão "Desafios dos Fitoterápicos no Brasil". Encontro reunirá especialistas, no dia 10 de novembro, a partir das 15h, para debater o tema.

